

Alerta Legislação nº 27, de 3 a 8 jul. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
07/07/2017	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 785, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e dá outras providências. <u>LEI Nº 13.463, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre os recursos destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais. <u>DECRETO Nº 9.089, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas, firmado em Brasília, em 9 de julho de 2013.
03/07/2017	<u>DECRETO Nº 9.087, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Cria a Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e aos Organismos Internacionais Conexos.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 98, DE 2017</u> Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 97, DE 2017</u> Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia, assinado em Brasília, em 26 de agosto de 2011. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 96, DE 2017</u> Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Serra Leoa sobre Cooperação

	Cultural, assinado em Brasília, em 19 de agosto de 2009. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 95, DE 2017</u> Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 94, DE 2017</u> Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 93, DE 2017</u> Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010. <u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 92, DE 2017</u> Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.
Presidência da República (PR)	CASA CIVIL (CCPR) ↳ Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário <u>PORTARIA Nº 394, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Esta norma especifica as regras para notificação e defesa dos beneficiários do Programa Garantia-Safra que, a partir da safra de 2015/2016, apresentem imprecisões cadastrais ou indícios de não enquadramento nos requisitos legais pertinentes. (...) CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 18, DE 8 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece diretrizes relativas à aplicação de penalidades por falta de combustível para agentes de geração de energia elétrica e supridores de combustível. <u>RESOLUÇÃO Nº 17, DE 8 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece a Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, define suas diretrizes e orienta o planejamento e a realização de licitações, nos termos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e dá outra providência
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 3 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Excluir a exigência de Declarações Adicionais para mitigar o risco fitossanitário do inseto <i>Liposcelis entomophila</i> nos Certificados Fitossanitários para a importação de sementes de sorgo (<i>Sorghum bicolor</i>) da Austrália e de aveia (<i>Avena sativa</i>) do Chile, que constam, respectivamente, dos Anexos IV e VIII da Instrução Normativa nº 16, de 26 de agosto de 2015.

	(...)
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.801, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Institui o Programa Nacional de Formação de Agentes de Inclusão Digital - PNAID SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (SEPED) <u>PORTARIA Nº 3.586 DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Renova a Rede Nacional de Métodos Alternativos - RENAMA e dá outras providências.
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) <u>PORTARIA Nº 173-E, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º. Ficam atribuídos à Superintendência de Desenvolvimento Econômico - SDE os atos de instrução processual e decisão administrativa, em primeira instância, sobre as propostas de credenciamento de projetos, no âmbito do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE. (...) FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP) <u>PORTARIA Nº 192, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 018 e CERTIFICAR que, conforme a declaração de autodefinição e o processo em tramitação na Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO: COMUNIDADE JOAQUIM MARIA, localizada no município Miranda do Norte/MA, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 018, Registro nº 2.534 fl.155 - Processo nº 01420.000609/2012-42. (...)
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 12, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2017 e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 816, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Reconhece programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), recomendados pelo Conselho Técnico-Científico - CTC da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na 167ª Reunião, realizada no período de 24 a 27 de outubro de 2016. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO (SECADI) <u>PORTARIA Nº 4, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> Divulgar a relação dos entes executores de ações referentes às novas

	turmas de Educação de Jovens e Adultos - EJA.
Ministério da Fazenda (MF)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 308, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> (Publicada no DOU de 30-6-2017) Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e Banco Cooperativo Sicredi S.A.: Anexo I (*) Metodologia de Cálculo [Poupança Rural] → Área de Regulação - Departamento de Regulação do Sistema Financeiro → Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rurais e do Proagro <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.829, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Altera o MCR - Documento 5-A, que trata do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor). → Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização → Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.831, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) → Vice-Presidência de Fundos de Governo de Loterias <u>CIRCULAR Nº 713, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Estabelece a alteração do cronograma de atendimento para saque das contas vinculadas a contrato de trabalho extinto até 31 de dezembro de 2015. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) → Secretaria Executiva <u>PROTOCOLO ICMS Nº 19, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre a exclusão do Estado de São Paulo ao Protocolo ICMS 55/13, que dispõe sobre medidas que visam controlar a circulação de café em grão cru ou em coco. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.715, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2017. → Comitê Gestor do Esocial <u>RESOLUÇÃO Nº- 10, DE 5 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre a aprovação de nova versão dos Leiautes do eSocial. → Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais (Coordenação-Geral de Administração Aduaneira) <u>PORTARIA Nº 54, DE 3 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre a utilização do módulo de Controle de Carga e Trânsito (CCT) para o registro da recepção em recintos aduaneiros de mercadorias a serem submetidas a despacho aduaneiro de exportação.

	SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL (STN) ↳ Conselho Diretor do Fundo PIS/PASEP <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 28 DE JUNHO DE 2017</u> (...) I Autorizar o pagamento dos rendimentos (Juros e Resultado Líquido Adicional - RLA) previstos no § 2º do artigo 4º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para o exercício 2017/2018, observando-se os cronogramas constantes dos anexos I e II. (...)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) <u>PORTARIA Nº 310, DE 22 DE JUNHO DE 2017</u> Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para o financiamento de projetos de implantação de Centrais Integradas de Alternativas Penais, com recursos do Fundo Penitenciário Nacional, no exercício de 2017, e dá outras providências. SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR <u>PORTARIA Nº 19, DE 5 DE JULHO DE 2017</u> Disciplina os procedimentos para a formalização de "Recomendação" para os fornecedores e para a celebração e acompanhamento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado nos processos administrativos sancionatórios no âmbito do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, de acordo com a lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 e Decreto 2.181 de 20 de março de 1997.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.630, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Desabilita municípios e estados da manutenção de unidades do Programa Farmácia Popular do Brasil. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários ↳↳ Gerência Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.782, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da importação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos REINIGUNGSTABLETTEN e MILCHREINIGER - marca FRANKE. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.781, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> (...) Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a interdição cautelar do lote 1601533 (validade 03/2018) do medicamento Nisulid (nimesulida) suspensão oral 50mg/ml da empresa Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A (CNPJ 60.659.463/0029-92). (...) <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 1.779, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> (...)

	Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS os produtos COSMÉTICOS, marca: PROFESSIONAL VITAFARO COLOR HAIR, que constem no rótulo como sendo fabricados pela empresa Laboratórios Ltda. (CNPJ: 12.605.474/0001-84), sem Autorização de Funcionamento na ANVISA, cujo Químico responsável seria E. D. Máximo. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.778, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da divulgação, comercialização e uso do produto MANTA QUÂNTICA fabricado pela empresa Ative Naturalle Equipamentos Fisioterápicos Eireli - ME, CNPJ: 22.454.513/0001-05, uma vez que o produto não se encontra regularizado na Anvisa para as alegações terapêuticas divulgadas. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.777, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização do lote 16H12A do medicamento genérico PARACETAMOL 500 MG 50 x 10 comprimidos, fabricado por Prati, Donaduzzi & Cia Ltda. (CNPJ 73.856.593/0001-66). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 1.776, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão da distribuição, comércio e uso, em todo o território nacional, dos lotes nº 15081401 (validade: agosto/2017), 15081402 (validade: agosto/2017), 15081403 (validade: agosto/2017), 15090230 (validade: setembro/2017), 15090231 (validade: setembro/2017), 15090232 (validade: setembro/2017), 15121446 (validade: dezembro/2017), 16030251 (validade: março/2018), 16030254 (validade: março/2018) e 16030255 (validade: março/2018), do medicamento genérico Captopril 25 mg, comprimidos, da empresa Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco - LAFEPE. (CNPJ: 10.877.926/0001-13). (...)
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 472, DE 5 DE JULHO DE 2017</u> Altera a Portaria nº 267, de 22 de março de 2017, que dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 15, de 18 de julho de 2014, que regulamenta a linha de crédito para aquisição de material de construção - Financiamento de Material de Construção, operada com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FIMAC/FGTS.

	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 29 DE JUNHO DE 2017</u> Dá nova redação à Instrução Normativa nº 12, de 30 de maio de 2014, que regulamenta o Programa Especial de Crédito Habitacional ao Cotista do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - PRÓ-COTISTA. SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 458, DE 29 DE JUNHO DE 2017(*)</u> Estabelece novo Cronograma de Atividades para execução de Obras de Contenção de Encostas, selecionadas na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2. (*) Republicada por ter saído no DOU nº 124, de 30/6/2017, Seção 1, página 67, com incorreção no original.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA NA ÁREA DA COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DE INVESTIMENTOS</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC) - LIFEWEB"</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "COMBUSTÍVEIS ALTERNATIVOS SEM IMPACTOS CLIMÁTICOS"</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "APOIO AO BRASIL NA IMPLEMENTAÇÃO DE SUA AGENDA NACIONAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA"</u>
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 774, DE 27 DE JUNHO DE 2017</u> Aprova os Submódulos 9.3 e 10.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, os quais definem os procedimentos para o reajuste anual das receitas das concessionárias de transmissão. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 688, DE 5 DE JULHO DE 2017</u> Estabelece os casos em que os agentes econômicos poderão adotar

	medidas reparadoras de forma a ajustar sua conduta ao disposto na legislação aplicável e evitar a aplicação das penalidades.
Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL <u>RESOLUÇÃO Nº 592, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Estabelece o Sítio Institucional do INSS como ferramenta de comunicação externa oficial, e dá outras providências.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 52, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "MÁQUINA PARA SELECIONAR E CONTAR PAPEL MOEDA (CÉDULAS)", industrializado na Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 51, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "MÁQUINA PARA SELECIONAR E CONTAR PAPEL MOEDA (CÉDULAS)", industrializado no País. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 50, DE 6 DE JULHO DE 2017</u> Estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO COM POLÍMERO, industrializado na Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA Nº 1.001-SEI, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. <u>PORTARIA Nº 995-SEI, DE 30 DE JUNHO DE 2017</u> Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>PORTARIA Nº 442, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio Capitão (Processo nº 02070.017211/2016-59) <u>PORTARIA Nº 441, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Aprova o Plano de Manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Mata do Professor Baptista/RS (Processo nº 02127.000697/2017-74).
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO) <u>RESOLUÇÃO Nº 483, DE 12 DE JUNHO DE 2017</u> Reconhece a utilização da abordagem de Integração Sensorial como recurso terapêutico da Terapia Ocupacional e dá outras providências.

Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
08/07/2017	<u>DECRETO Nº 62.682, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Cria e organiza, no âmbito do Estado de São Paulo, a Unidade Estadual de Gestão do Projeto de Recuperação e Proteção dos Serviços Relacionados ao Clima e à Biodiversidade no Corredor Sudeste da Mata Atlântica do Brasil – Projeto Clima e Biodiversidade na Mata Atlântica, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.681, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Cria e organiza, na Secretaria da Saúde, o Grupo de Coordenação das Demandas Estratégicas do Sistema Único de Saúde – GCODES/SUS e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.680, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Cria a Faculdade de Tecnologia – FATEC de Araras, no Município de Araras, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.679, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Cria a Faculdade de Tecnologia – FATEC de Araraquara, no Município de Araraquara, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.678, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Cria a Escola Técnica Estadual – ETEC de Porto Feliz, no Município de Porto Feliz <u>DECRETO Nº 62.677, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Dispõe sobre a outorga do Colar IBRAHIM DE ALMEIDA NOBRE - TRIBUNO DA REVOLUÇÃO PAULISTA <u>DECRETO Nº 62.676, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004, que regulamentou o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, criado pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 <u>DECRETO Nº 62.675, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Altera o valor da Taxa de Defesa Agropecuária nas condições que especifica
06/07/2017	<u>DECRETO Nº 62.674, DE 5 DE JULHO DE 2017</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS

05/07/2017	<u>DECRETO Nº 62.673, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Institui o Conselho Consultivo de Relações Internacionais do Governo do Estado de São Paulo e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.672, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Dá nova redação aos dispositivos que especifica do Decreto nº 60.070, de 15 de janeiro de 2014, que regulamenta os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito do licenciamento ambiental de competência do Estado de São Paulo, dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental – CCA e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 62.671, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Altera o Decreto nº 57.345, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Comitê de Movimentação, o Comitê Permanente de Gestão de Pessoas e sobre a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho, a que se refere a Lei Complementar nº 1.122, de 30 de junho de 2010
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-89, DE 4-7-2017</u> Dispõe sobre os exames de toxicológico no âmbito da Polícia Militar
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE-30, DE 7-7-2017</u> Estabelece diretrizes para a organização curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos - EJA, em classes multisseriadas, e dá providências correlatas
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 59, DE 03-07-2017</u> (...) Artigo 1º - O valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - ICA, relativo à Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2016, para a Secretaria da Fazenda, corresponde a 45,65%, conforme apuração efetuada pela comissão instituída pela Resolução SF 19, de 23-2-2016, e consubstanciada na nota técnica anexa. <u>RESOLUÇÃO SF 58, DE 03-07-2017</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF/APE 523, DE 26-06-2017</u> O Secretário da Fazenda aprova os índices e observações do Comunicado 647 da Assessoria de Política Econômica de 26-06-2017, que fazem parte integrante desta Resolução. SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV-230, DE 3-7-2017</u>

	(...) Artigo 1º - O valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - ICA referente ao exercício de 2017 corresponde a 94,66% (noventa e quatro inteiros e sessenta e seis centésimos) para a São Paulo Previdência - SPPREV, conforme apuração efetuada pela comissão instituída pela Portaria SPPREV 139 de 11-03-2014 e consubstanciada na Nota Técnica anexa. (...)
Governo (SG)	AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ARSESP) <u>DELIBERAÇÃO ARSESP-732, DE 6-7-2017</u> Dispõe sobre as condições gerais de fornecimento de gás canalizado no Estado de São Paulo
Planejamento e Gestão (SPG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SPG-31, DE 3-7-2017</u> (...) Artigo 1º – O valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM referente ao exercício de 2016 corresponde a 67,82% para a Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme apuração efetuada pela comissão instituída pela Resolução SPG 19, de 28-04-2015, e consubstanciada na nota técnica anexa. (...) Comunicado PLANEJAMENTO E GESTÃO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS <u>LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2018</u> (...)
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS-53, DE 7-7-2017</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º da Lei Complementar 846, de 04-06-1998(*). <i>(*) Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais e dá outras providências.</i> <u>RESOLUÇÃO SS-52, DE 7-7-2017</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º da Lei Complementar 846, de 04-06-1998. <u>RESOLUÇÃO SS - 50, DE 5-7-2017</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente ao financiamento dos medicamentos que não foram entregues por meio do “Programa Dose Certa” no 4º trimestre do ano de 2016 e 1º trimestre do ano de 2017 e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS – 48, DE 30-6-2017</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a Política de Incentivo Estadual para Casas de Apoio, visando ao atendimento às Pessoas Vivendo com HIV/Aids que se encontram em

	situação de abrigo, e dá providencias correlatas.
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-54, DE 5-7-2017</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular Unesp 2018 e dá outras providências
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
08/07/2017	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 19/2017</u> A Secretaria-Diretoria Geral torna público o volume de processos julgados no 2º trimestre do corrente exercício, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular SDG, em 07 de julho de 2017. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL (...) DOE, Legislativo, 08/07/2017, p. 70
07/07/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 637, DE 2017</u> Obriga as empresas de planos de saúde a autorizar, quando o paciente for idoso, todos os exames que exijam análise prévia em um prazo máximo de vinte e quatro horas. DOE, Legislativo, 07/07/2017, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 633, DE 2017</u> Torna obrigatória a quitação de imóveis adquiridos por policiais civis, militares e bombeiros quando forem considerados inválidos para o trabalho e dá outras providências. DOE, Legislativo, 07/07/2017, p. 6 <u>PROJETO DE LEI Nº 632, DE 2017</u> Acrescenta inciso IX ao artigo 14 da Lei n.º 11.165, de 27 de junho de 2002 (*). (*) <i>Institui o Código de Pesca e Aquicultura do Estado</i> DOE, Legislativo, 07/07/2017, p. 6
06/07/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 631, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Torrinha /SP DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 630, DE 2017</u> Dispõe sobre a observância das normas técnicas de segurança elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em

	"playgrounds" ou áreas de recreação infantil localizadas em parques públicos estaduais. DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 628, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Pradópolis /SP DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 625, DE 2017</u> "Classifica Guapiaçu como município de interesse turístico" DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 624, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Pirangi /SP DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 623, DE 2017</u> Classifica como Município de Interesse Turístico o Município de Serrana DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 622, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Palmares Paulista/SP DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 621, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Guariba/SP DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 620, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Colina/SP DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 618, DE 2017</u> Classifica como Município de Interesse Turístico o Município de Morro Agudo DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 9 <u>PROJETO DE LEI Nº 617, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Pitangueiras/SP DOE, Legislativo, 06/07/2017, p. 8
05/07/2017	MENSAGENS DO GOVERNADOR MENSAGEM DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO São Paulo, 04 de julho de 2017 <u>MENSAGEM A-Nº 76/2017</u> Senhor Presidente Pela Mensagem A-nº 72, de 28 de abril de 2017, tive a honra de encaminhar a essa ilustre Assembleia o Projeto de lei nº 249, de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018.

	Tendo em vista a natureza da matéria, venho solicitar que a apreciação da propositura se faça em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração. a)Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO A Sua Excelência o Senhor Deputado Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. DOE, Legislativo, 05/07/2017, p. 10 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 601, DE 2017</u> RETIFICAÇÃO Leia-se como segue e não como constou: (...) JUSTIFICATIVA (...) Pelas razões expostas, e por entender que Espírito Santo do Pinhal tem características únicas na cadeia produtiva do café, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura. Sala das Sessões, em 30/6/2017. (Publicado no D.A.L. de 1/7/2017) DOE, Legislativo, 05/07/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 615, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Nova Granada/SP DOE, Legislativo, 05/07/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 614, DE 2017</u> Classifica Iepê como Município de Interesse Turístico DOE, Legislativo, 05/07/2017, p. 10
04/07/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 613, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Itajobi/SP DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 13 <u>PROJETO DE LEI Nº 612, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Tabatinga/SP DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 611, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Cravinhos/SP DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 610, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Leme/SP DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 609, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Santa Ernestina/SP

	DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 608, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico" o Município de Tabapuã/SP DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 604, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Penápolis /SP. DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 603, DE 2017</u> Classifica como "Município de Interesse Turístico", o município de Bebedouro /SP. DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 602, DE 2017</u> Dispõe sobre a proibição da venda de aparelhos "<i>hand spinner</i>" que não estejam identificados com o selo do INMETRO, no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 04/07/2017, p. 11
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
08/07/2017	<u>LEI Nº 16.683, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 431/16, da Vereadora Juliana Cardoso – PT) Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Fazenda da Juta. <u>LEI Nº 16.682, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 400/15, do Vereador Abou Anni – PV) Altera a Lei nº 14.132, de 24 de janeiro de 2006, para inserir meta de atendimento mínimo a moradores de rua com dependência química, nos contratos de gestão celebrados entre o Poder Público e organizações sociais, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 57.776, DE 7 DE JULHO DE 2017</u> Regulamenta a Lei nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que aprovou o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo; define os membros da Comissão de Edificações e Uso do Solo – CEUSO. D.O. Cidade de São Paulo, 08 de julho de 2017, p. 1
05/07/2017	<u>LEI Nº 16.680, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 277/17, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Institui o Programa de Parcelamento Incentivado de 2017 – PPI 2017; altera o art. 50 da Lei nº 15.406, de 8 de julho de 2011, e o art. 1º da Lei nº 14.800, de 25 de junho de 2008. <u>DECRETO Nº 57.772, DE 4 DE JULHO DE 2017</u> Regulamenta o Programa de Parcelamento Incentivado de 2017 – PPI 2017, instituído pela Lei nº 16.680, de 4 de julho de 2017, bem como o artigo 1º da Lei nº 14.800, de 25 de junho de 2008.

04/07/2017	<u>DECRETO Nº 57.770, DE 3 DE JULHO DE 2017</u> Confere nova regulamentação ao Sistema de Informações Geográficas do Município de São Paulo SIG - SP.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107